



TRANSFORMANDO ESPAÇOS: A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA COMO CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL NO QUILOMBO DE PAU FURADO EM SALVATERRA

Raimara Suane Pantoja de Brito ¹
Luiz Augusto Soares Mendes (Orientador) ²

RESUMO

O presente artigo discute o papel da educação geográfica como caminho para a inclusão social no quilombo de Pau Furado, localizado no município de Salvaterra, na Ilha do Marajó (PA). A partir de uma abordagem qualitativa e fundamentada na pedagogia crítica de Paulo Freire (1996), na geografia humanista e crítica de Milton Santos (1996) e na perspectiva decolonial de autores como Abdias do Nascimento (1980), Frantz Fanon (2008), Aníbal Quijano (2005) e Catherine Walsh (2009), busca-se compreender como o território quilombola se constitui como espaço de resistência, memória e saberes identitários. O estudo, de natureza qualitativa fundamentado na análise documental, bibliográfica e no trabalho de campo, demonstra que a educação geográfica, quando integrada à educação para as Relações Étnico-Raciais, possibilita ressignificar o currículo e promover a justiça social. O estudo problematiza como a educação geográfica pode contribuir para a valorização do território e o fortalecimento das identidades quilombolas? Os resultados indicam que a educação geográfica, quando articulada à educação escolar quilombola, assume papel central na construção de uma pedagogia do território e da libertação, promovendo a inclusão social e o empoderamento coletivo.

Palavras-chave: Educação geográfica, Quilombo, Território.

ABSTRACT

This article discusses the role of geographic education as a pathway to social inclusion in the Pau Furado quilombo, located in the municipality of Salvaterra, on Marajó Island, Pará. Using a qualitative approach and grounded in the critical pedagogy of Paulo Freire (1996), the humanist and critical geography of Milton Santos (1996), and the decolonial perspective of authors such as Abdias do Nascimento (1980), Frantz Fanon (2008), Aníbal Quijano (2005), and Catherine Walsh (2009), we seek to understand how the quilombola territory is constituted as a space of resistance, memory, and identity knowledge. This qualitative study, based on documentary and bibliographic analysis, and fieldwork, demonstrates that geographic education, when integrated with education for Ethnic-Racial Relations, enables the redefinition of the curriculum and the promotion of social justice. The study questions how geographic education can contribute to the valorization of the territory and the strengthening of quilombola identities. The results indicate that geographic education, when integrated with quilombola school education, plays a central role in building a pedagogy of territory and liberation, promoting social inclusion and collective empowerment.

Keywords: Geographic education, Quilombo, Territory.

¹ Mestranda do Curso de geografia da Universidade Federal do Pará, raimaradebrito@gmail.com;

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Orientador do Trabalho, luiz.mendes@ufpa.edu.br;



INTRODUÇÃO

Este artigo é um protótipo de uma pesquisa de dissertação de mestrado em desenvolvimento junto ao programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal do Pará – UFPA no ano de 2025³, submetida ao XVI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ENANPEGE 2025, realizado em Macapá - AP, na Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Campus Marco Zero do Equador.

A presente pesquisa intitulada “Transformando Espaços: a Educação Geográfica como Caminho para a Inclusão Social no Quilombo de Pau Furado em Salvaterra” tem como propósito compreender como a educação geográfica, ancorada em uma perspectiva crítica e emancipatória, pode contribuir para o fortalecimento da identidade territorial e para a inclusão social da comunidade quilombola de Pau Furado, localizada no município de Salvaterra, na Ilha do Marajó (PA).

O estudo parte da compreensão de que a educação, quando vinculada à realidade e às experiências territoriais dos sujeitos, torna-se instrumento de libertação e reconhecimento, conforme os princípios defendidos por Paulo Freire (1996), que entende a prática educativa como um ato político, ético e transformador. A escolha pelo quilombo de Pau Furado justifica-se pela relevância de se compreender o território não apenas como espaço físico, mas como lugar de memória, resistência e construção coletiva de saberes.

Ao refletir sobre a presença negra na formação do Brasil, Abdias Nascimento (1980) enfatiza que os quilombos são expressões históricas de autonomia, espaços de preservação da vida e de luta contra a opressão racial. Nesse sentido, o quilombo é compreendido aqui como território vivo, marcado por relações simbólicas, políticas e culturais que expressam a continuidade das lutas por reconhecimento e dignidade.

A pesquisa se insere, em uma perspectiva decolonial e antirracista, inspirada também nas reflexões de Gomes (2017), que afirma que “a educação é um espaço privilegiado de construção de identidades e de afirmação da negritude”. Para a autora, a escola precisa ser um território de escuta e de legitimação dos saberes afro-brasileiros, reconhecendo os sujeitos negros como produtores de conhecimento e protagonistas de suas histórias. Assim, a presente investigação parte da convicção de que a educação geográfica, quando pautada pela valorização do território e da cultura quilombola, torna-se um caminho para a inclusão social e o empoderamento comunitário.

³ O texto em questão apresenta protótipos de uma dissertação em desenvolvimento no Programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal do Pará, no ano de 2025.



O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar como a educação geográfica pode se constituir em instrumento de inclusão social e valorização identitária no quilombo de Pau Furado, promovendo o diálogo entre saberes científicos e saberes tradicionais. Como objetivos específicos, busca-se compreender a relação entre espaço, território e identidade na vivência quilombola; identificar práticas pedagógicas que favoreçam o reconhecimento da cultura local; e discutir como a educação geográfica pode contribuir para o protagonismo social da comunidade.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo e na observação participante, a partir da vivência direta no território. Foi realizada visita ao quilombo, diálogo com a comunidade local. Essa imersão permitiu apreender a complexidade das territorialidades quilombolas, observando como o espaço educativo se transforma em ambiente de resistência, solidariedade e reconstrução identitária frente às estruturas históricas de exclusão.

Os resultados indicam que a educação geográfica, quando trabalhada de modo crítico e contextualizado, amplia a compreensão dos sujeitos sobre seu próprio território e fortalece o sentimento de pertencimento e identidade. O diálogo entre saberes locais e escolares revelou-se essencial para a construção de uma pedagogia inclusiva, capaz de valorizar as experiências de vida da comunidade e promover a formação de sujeitos conscientes de seu papel histórico e social. Nesse processo, a escola deixa de ser apenas transmissora de conteúdos para tornar-se um espaço de partilha, reconstrução e transformação.

De modo, esta introdução antecipa que o estudo reafirma a importância da educação geográfica como prática de transformação social, ao reconhecer o território como espaço de vida e resistência e ao valorizar os saberes e identidades quilombolas. Assim, inspirando-se em Abdias Nascimento e Nilma Lino Gomes, o trabalho evidencia que a educação geográfica, quando comprometida com a justiça social e a diversidade cultural, é capaz de transformar espaços e sujeitos, tornando-se um caminho de emancipação e de reconstrução coletiva do pertencimento

METODOLOGIA

A pesquisa se insere na abordagem qualitativa, que utiliza a pesquisa documental, bibliográfica e pesquisa de campo, fundamentada no método dialético e orientada pela epistemologia decolonial. A escolha da decolonialidade se fundamenta no entendimento de que não existe um único conhecimento e universal, mas múltiplas formas de produzir saber. Walsh



(2009, p. 27), observa que a decolonialidade na educação “rompe com o universalismo eurocêntrico e abre espaço para outras formas de pensar, sentir e viver o mundo”.

A pesquisa é de caráter bibliográfico, por utilizar fontes teóricas disponíveis em livros e artigos científicos para discorrer sobre a temática da educação geográfica e quilombo. Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica não consiste apenas na reprodução de ideias, mas em um exercício crítico e reflexivo que contribui para novos olhares sobre os temas estudados e documental, ao incorporar o estudo de fontes escritas e normativas, que Marconi e Lakatos (2003), denominam de fontes primárias.

Ainda é de natureza descritiva, “[...] os acontecimentos são narrados” (Furtado; Duarte, 2014, p. 26) foram realizadas observações de campo e diálogos com liderança quilombola, educadores e jovens da comunidade de Pau Furado. A análise dos dados seguiu a técnica da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), permitindo identificar categorias como: “território e pertencimento”, “educação e resistência” e “saberes geográficos locais”.

A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA NO QUILOMBO DE PAU FURADO: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL E FORTALECIMENTO IDENTITÁRIO

A educação geográfica, compreendida enquanto prática crítica e formadora, ultrapassa o ensino tradicional baseado apenas na memorização de capitais, rios e acidentes geográficos. Ela se apresenta como campo do conhecimento comprometido com a leitura e interpretação da realidade social, política e cultural, permitindo a leitura crítica do espaço vivido. No contexto do quilombo de Pau Furado, essa perspectiva é essencial, pois possibilita que a comunidade reconheça o território como produto histórico, marcado por lutas de resistência, organização coletiva e afirmação de direitos.

Nesse sentido, Freire (1996, p. 63) enfatiza que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção”, o que orienta a prática pedagógica quilombola ao partir das experiências de vida dos estudantes e dos saberes tradicionais da comunidade, integrando-os ao conhecimento científico da geografia. Nesse sentido, sua importância para a formação cidadã é ressaltada por Moraes (2013, p. 49), quando afirma que “a geografia pode e deve ajudar na formação dos cidadãos a partir dos espaços escolares”. Essa abordagem evidencia que a geografia, quando trabalhada de forma dialógica, fortalece o território, da memória e da identidade quilombola.

A compreensão do espaço, na perspectiva geográfica crítica, não se restringe à sua dimensão física ou natural, mas se constrói a partir das relações sociais que o produzem. Santos



(1996, p. 63) reforça que o espaço é “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, o que significa que ele é, ao mesmo tempo, materialidade e prática social. Esse entendimento, aplicado ao contexto do quilombo de Pau Furado, nos permite visualizar o território como produto histórico, marcado por lutas de resistência contra a exclusão e pela afirmação de direitos.

No quilombo, essa pedagogia se concretiza ao reconhecer a experiência de vida dos estudantes como ponto de partida para o ensino. Isso implica trazer para a sala de aula os saberes tradicionais, as práticas comunitárias e a memória ancestral da comunidade de Pau Furado, integrando-os ao conhecimento científico da Geografia. Ao fazer isso, a escola se transforma em espaço de diálogo intercultural e de fortalecimento identitário, superando a lógica homogeneizadora de um currículo pensado apenas a partir de uma realidade urbana e eurocentrada.

Cavalcanti (2010) defende que o ensino de Geografia deve favorecer a leitura crítica do espaço, auxiliando os alunos a perceberem as contradições sociais e econômicas que marcam o território. No caso do quilombo de Pau Furado, isso se traduz em promover reflexões sobre as condições de vida da comunidade, suas estratégias de organização e resistência, assim como os desafios enfrentados diante das políticas públicas insuficientes ou ausentes. Mais do que descrever o território, trata-se de fomentar a compreensão crítica de como esse espaço é atravessado por relações de poder, exclusão e luta por reconhecimento.

Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para que os estudantes quilombolas percebam a força de sua própria história. Fanon (2008) já advertia que o processo colonial buscava negar a identidade cultural dos povos dominados, impondo-lhes um olhar de inferioridade. Romper com essa lógica exige reconhecer o território quilombola como espaço de memória e resistência. Nesse contexto, a Geografia ensinada na escola do Pau Furado pode tornar-se um recurso pedagógico que reafirma a dignidade e a luta da comunidade, valorizando o seu pertencimento ao território.

Outro aspecto essencial é compreender que a educação geográfica, no quilombo, não se limita ao espaço escolar. A comunidade é, por si só, uma sala de aula viva. As práticas agrícolas, as manifestações culturais, a oralidade e a organização comunitária representam conteúdos que, quando integrados ao ensino formal, ampliam a formação crítica e cidadã dos estudantes. Como destaca Haesbaert (2004), o território é multiescalar e se constrói na articulação entre dimensões materiais e simbólicas. Esse entendimento reforça que o ensino de Geografia no quilombo de Pau Furado deve contemplar tanto os aspectos físicos do espaço quanto os elementos culturais e sociais que o estruturam.



Porto-Gonçalves (2006) acrescenta que pensar o território é também pensar as relações de poder que nele se inscrevem. Assim, no contexto quilombola, a educação geográfica pode contribuir para que os jovens compreendam como as desigualdades sociais, o racismo estrutural e a falta de políticas públicas impactam diretamente o modo de vida da comunidade. Ao mesmo tempo, pode inspirá-los a vislumbrar caminhos de transformação social, a partir do fortalecimento da territorialidade e da identidade coletiva.

É nesse horizonte que a Geografia se torna não apenas um componente curricular, mas uma prática emancipatória. O espaço escolar, articulado com o espaço comunitário, constitui-se em lugar de produção de conhecimento e de resistência. A escola quilombola, ao valorizar a educação geográfica, assume a tarefa de promover a cidadania ativa, preparando os estudantes para compreenderem o mundo, mas, sobretudo, para transformá-lo. Como nos lembra Freire (1996, p. 11), “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Assim, a leitura crítica do território de Pau Furado é o primeiro passo para que a comunidade se fortaleça enquanto sujeito histórico.

Portanto, dialogar sobre a importância da educação geográfica no quilombo de Pau Furado significa reafirmar a necessidade de uma prática educativa que integre saberes, fortaleça identidades e promova a inclusão social. Ao reconhecer o território como espaço de luta e resistência, a Geografia deixa de ser apenas um conteúdo escolar e se converte em instrumento de transformação, capaz de empoderar os sujeitos quilombolas em sua busca por reconhecimento, dignidade e justiça social

O território quilombola de Pau Furado, em Salvaterra-PA, expressa, em sua organização e modos de vida, uma geografia viva e relacional, construída historicamente pela resistência e pela memória coletiva. Ali, cada gesto cotidiano, do tecer do paneiro de açaí à preparação dos remédios caseiros, revela uma pedagogia do território que desafia o esquecimento e o silenciamento impostos pela colonialidade. Essa prática cotidiana de reconstruir o espaço a partir dos próprios saberes é, como afirma Walsh (2012), um exercício de insurgência epistêmica, no qual o território torna-se lugar de enunciação e de produção de conhecimento.

O Museu Centro de Ciências e Saberes Teodoro Lalor de Lima, localizado na comunidade, é um exemplo concreto dessa pedagogia territorial. Erguido e mantido coletivamente pelos moradores, o museu não é apenas um espaço expositivo, mas uma instituição comunitária de resistência, onde se cruzam a oralidade, a memória e o ensino. Sua criação, originada da iniciativa de uma moradora quilombola formada em Etno-Desenvolvimento, reflete a potência da educação geográfica crítica quando aliada aos saberes tradicionais, isto é, a possibilidade de um conhecimento que parte do lugar e o reconstrói.



Segundo Abdias do Nascimento (1978), o quilombo é mais que um espaço físico, é um projeto civilizatório de liberdade, um sistema ético e político de autodefinição negra. Essa compreensão ecoa no cotidiano de Pau Furado, onde as práticas educativas não se limitam à escola, mas se estendem ao território, ao museu, às festividades e às memórias familiares. A comunidade se reconhece como guardiã de uma herança ancestral e, ao mesmo tempo, criadora de novas territorialidades.

Assim, o território é vivido como uma sala de aula ampliada, onde o ensino se dá pela experiência e pela partilha de histórias. A educação geográfica encontra aí seu papel transformador, compreender e valorizar as múltiplas leituras do espaço e da paisagem, evidenciando as marcas da cultura e as desigualdades que moldam a vida quilombola.

Quando os moradores narram os conflitos com arroteiros e pescadores vindos de fora, que cercam suas terras e ameaçam seus modos de vida, eles não apenas denunciam a violação de direitos, mas também constroem um discurso geográfico de resistência. É o que Fanon (2008) chama de reapropriação da humanidade negada, o processo pelo qual o sujeito oprimido retoma a voz, reinscrevendo-se na história e no espaço.

Esses conflitos revelam a continuidade das lógicas coloniais de poder, saber e ser descritas por Quijano (2005) como colonialidade do poder. No contexto amazônico, tal colonialidade se manifesta na disputa territorial e no controle simbólico da terra um território visto, por interesses externos, como recurso e não como lugar de vida. Em contraste, a leitura feita pelos quilombolas de Pau Furado traduz o espaço em termos de vivência, identidade e memória, articulando o que Santos (1996) define como uso do território, um espaço que não se reduz à sua materialidade, mas se constrói como extensão da existência social.

O museu, os objetos e as narrativas ali reunidos, o ferro de carvão, os panos bordados, o tipiti, a bíblia deixada pelos capelães e os santos moldados em folha de bananeira, constituem uma cartografia simbólica do território. São testemunhos de um passado e de um presente que se entrelaçam, traduzindo o que Boaventura de Sousa Santos (2010) denomina ecologia de saberes, ou seja, a coexistência e o diálogo entre diferentes formas de conhecimento. A presença desses elementos demonstra que o ensino e a aprendizagem não estão restritos à instituição escolar, mas emergem do cotidiano e das práticas culturais da comunidade.

A oralidade, por sua vez, é um pilar fundamental dessa pedagogia territorial. A tradição da contação de histórias e das festividades religiosas, como a celebração de Nossa Senhora da Batalha, realizada em agosto, traduz a dimensão espiritual e política da luta quilombola. Essa festividade não é apenas uma expressão de fé, mas uma geografia da resistência, uma leitura do território que une a luta e a celebração. Como aponta Fanon (2008), o ato de narrar e celebrar o



próprio povo é um gesto de descolonização, pois resgata a dignidade de existir em um mundo que historicamente negou essa existência.

Assim, o território de Pau Furado é, ao mesmo tempo, espaço vivido, espaço político e espaço educativo. Ele sintetiza as múltiplas dimensões da educação geográfica decolonial, que reconhece o conhecimento territorial dos povos quilombolas como legítimo e essencial à compreensão crítica da realidade. Ao integrar saberes tradicionais e científicos, a comunidade reafirma sua capacidade de produzir conhecimento a partir do lugar e é nesse processo que a educação geográfica se torna ferramenta de emancipação e justiça territorial, fortalecendo a inclusão social e o direito de permanecer e aprender no próprio território.

A educação geográfica, conforme Cavalcanti (2011), tem como finalidade formar sujeitos críticos, capazes de interpretar e transformar a realidade. Ao integrar o conceito de território como construção social (Santos, 1996), a geografia escolar permite compreender as contradições do espaço e os processos de exclusão e resistência. Autores decoloniais, como Quijano (2005) e Walsh (2009), contribuem para repensar a educação como prática de desobediência epistêmica, rompendo com currículos eurocêntricos e valorizando saberes subalternizados.

A Educação Escolar Quilombola (EEQ) é reconhecida como modalidade específica pela Resolução CNE/CEB nº 08/2012, sendo orientada pelos princípios da territorialidade, ancestralidade e coletividade. O território quilombola é, mais do que espaço físico, um lugar simbólico e político de resistência (Nascimento, 1980). Assim, a escola se constitui em território pedagógico, onde os saberes tradicionais dialogam com os conteúdos escolares, afirmando identidades negras e construindo práticas educativas antirracistas.

Compreender a Educação Escolar Quilombola como dimensão da Educação para as Relações Étnico-Raciais é reconhecer que ambas compartilham a tarefa de combater o racismo, valorizar os saberes ancestrais e garantir uma educação libertadora. Essas práticas não devem ser vistas como políticas compensatórias, mas como estratégias estruturantes de reconfiguração da escola como território de resistência.

O desdobramento normativo dessa orientação ocorre com a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. O texto reconhece o território e o pertencimento étnico-racial como eixos estruturantes do projeto político-pedagógico das escolas quilombolas (BRASIL, 2012), propondo uma educação baseada na interculturalidade crítica e no diálogo entre saberes.

O quilombo de Pau Furado, representa um território de memória e luta coletiva. Suas práticas educativas vão além da sala de aula, abrangendo o cultivo da terra, os rituais religiosos,



a oralidade e a musicalidade, que constituem epistemologias próprias. A escola da comunidade emerge como espaço coletivo, onde famílias, lideranças e estudantes participam ativamente da construção do currículo, fortalecendo vínculos sociais e garantindo a transmissão de saberes ancestrais (Walsh, 2009).

Dessa forma, a geografia escolar, quando articulada à Educação das Relações Étnico-Raciais (Lei 10.639/2003), oferece ferramentas para compreender os processos históricos de desterritorialização e as lutas por reconhecimento. No caso do quilombo Pau Furado, a educação geográfica crítica possibilita o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas, como cartografias sociais, mapeamentos afetivos e análises ambientais locais. Dessa forma, contribui para o fortalecimento da identidade quilombola e para a construção de estratégias de inclusão social, reafirmando a escola como território de resistência e emancipação (Porto-Gonçalves, 2006).

Contudo, o reconhecimento oficial da Educação Escolar Quilombola como modalidade específica é recente e ainda permeado por tensões. Foi somente a partir da virada do milênio, impulsionado pela mobilização dos movimentos negros e quilombolas organizados, que o Estado brasileiro começou a formular políticas voltadas a essa realidade, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ) instituída em 2012. Ainda assim, como afirma Porto-Gonçalves (2006), a resistência dos povos quilombolas é uma r-existência, uma existência insurgente, que desafia as lógicas de opressão e colonialidade.

Desse modo, o referencial teórico apresentado delineia as bases conceituais que orientam a trajetória da pesquisa, sustentando a análise crítica sobre o papel da educação geográfica no processo de inclusão social e fortalecimento identitário do quilombo de Pau Furado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a pesquisa ainda esteja em fase inicial, a análise realizada aponta que a educação geográfica no quilombo de Pau Furado atua como instrumento de afirmação cultural e de inclusão social. As atividades escolares que valorizam o território, a oralidade e a ancestralidade têm fortalecido o sentimento de pertencimento entre os alunos. Ao estudar o próprio território, os estudantes reconhecem o valor de sua história e compreendem a importância de preservar o meio ambiente e a cultura local.

A vivência na comunidade revela que a escola quilombola é mais que um espaço de ensino, é um espaço de reexistência. A geografia, ao tratar das noções de espaço, lugar e



território, aproxima-se das experiências dos sujeitos e das práticas de resistência. Conforme destaca Freire (1996), o ato educativo deve partir da realidade concreta dos educandos, promovendo uma educação libertadora.

Essas práticas refletem o que Boaventura de Sousa Santos (2010) chama de “epistemologias do Sul”, ou seja, a valorização dos saberes produzidos nas margens e nos territórios oprimidos. No contexto do Pau Furado, os saberes geográficos emergem da própria vivência comunitária, articulando a dimensão espacial às lutas sociais e à preservação da identidade negra.

A partir da análise de relatos, documentos e observações, observa-se que a Educação Geográfica possibilita repensar o currículo escolar e suas relações com a cultura quilombola. O território torna-se, portanto, um eixo pedagógico, um espaço de produção de conhecimento e de empoderamento coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o presente trabalho ainda esteja em fase de desenvolvimento, já é possível destacar a relevância de refletir sobre o papel da educação geográfica como prática formativa e inclusiva no contexto das comunidades quilombolas. Portanto, conclui-se que a Educação Geográfica, ao dialogar com os saberes tradicionais e fortalecer as identidades quilombolas, constitui-se como prática emancipatória e instrumento de justiça social. O território de Pau Furado demonstra que é possível articular a pedagogia freiriana, a geografia crítica e a decolonialidade em práticas educativas que reconhecem a pluralidade dos sujeitos e a potência dos territórios amazônicos. A continuidade da pesquisa permitirá aprofundar as reflexões sobre a relação entre território, educação e identidade. Assim, reafirma-se que transformar espaços é, antes de tudo, reconhecer a força do território como lugar de vida, de saber e de resistência.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Ensino de Geografia e formação da cidadania**. Goiânia: Alternativa, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”**, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de jan. 2003. Disponível em: <https://share.google/wgU49FMZCvI5TKuwE>. Acesso em: 2 set. 2025.



BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Conselho de Educação Básica (CEB). Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC/CNE/CEB, 21 nov. 2012. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323>. Acesso em: 2 set. 2025.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, Maria Sueli Viana; DUARTE, Simone Viana. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em ciências sociais aplicadas**. 1ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2014

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HASESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAIS, Elpídio Serra. **Educação geográfica e cidadania**. Goiânia: Vieira, 2013.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1980.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: **CLACSO**, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologias do Sul. São Paulo: **Cortez**, 2010.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: **Hucitec**, 1996.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Abya-Yala, 2012.